

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
 - 2.1 Comentários à nova Legislação
 - 2.2 Relações com o EURELECTRIC
 - 2.2.1 Representação de Portugal
 - 2.2.2 Comitês de Estudo e Grupos de Trabalho
 - 2.2.3 Convenção anual
 - 2.3 Agenda Energética
3. EVENTOS
4. PROJECTOS
 - 4.1 Website. Criação e Manutenção
 - 4.2 Rede Informática
 - 4.3 Disseminação de informação
5. RECURSOS HUMANOS
6. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. NOTA FINAL

*Anexo I: BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E ANEXO À
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS*

Anexo II: RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2005 caracterizou-se por uma reformulação das linhas gerais de política energética nacional, particularmente das relativas à organização do sector eléctrico. A alteração governativa registada na primavera de 2005 levou a rever o quadro legislativo e regulamentar desenvolvido durante 2004 e aprovado já em 2005, suspendendo os seus efeitos e criando expectativas quanto às novas orientações.

Neste âmbito, destaca-se a republicação, em 17 de Janeiro, do Decreto-Lei n.º 240/2004 que definiu as condições da cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) e a criação de medidas compensatórias assegurando a manutenção do equilíbrio contratual entre as partes. Também se salienta a publicação do Decreto-Lei n.º 33-A/2005 que reviu os factores para cálculo da remuneração pelo fornecimento de energia produzida em centrais com energia renovável e entregue à rede do SEP.

Relativamente ao Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), após a revisão, em Outubro de 2004, na cimeira de Santiago de Compostela, do Acordo Internacional ente Portugal e Espanha, os respectivos governos reafirmaram, na cimeira de Évora, em Novembro de 2005, o seu empenho na construção do MIBEL e acordaram em prosseguir o reforço da interligação entre os dois países.

Já no âmbito do novo governo destacam-se o Despacho Conjunto n.º 686-E/2005, que aprova a lista das instalações participantes no comércio de emissões e a respectiva atribuição inicial de licenças de emissão para o período de 2005-2007, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005 que aprovou a estratégia nacional para a energia.

Finalmente, também com repercussões importantes no sector eléctrico, menciona-se a publicação, já no final de 2005, da Lei n.º 54/2005, que estabeleceu a titularidade dos recursos hídricos, e da Lei n.º 58/2005, que aprovou a Lei da Água e transpôs a Directiva n.º 2000/60/CE, estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

No âmbito europeu a cena energética foi marcada pelas preocupações da Comissão Europeia relativamente à segurança de abastecimento, à eficiência energética e à entrada em vigor do Protocolo de Quioto. No final do ano assumiu especial acuidade o problema da dependência da Europa relativamente ao petróleo e ao gás, o que pôs em relevo a dimensão geopolítica da política energética e a necessidade de manter a diversidade no “mix” energético europeu.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O ano de 2005 correspondeu ao período de lançamento e instalação da ELECPOR pelo que as actividades se concentraram na criação de condições mínimas para o seu funcionamento.

2.1 Comentários à nova Legislação

Apesar de estar na fase de lançamento a ELECPOR teve oportunidade de participar na discussão da versão preliminar do Decreto-Lei n.º 240/2004, que definiu as condições de cessação dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE). Na sequência dessa participação a ELECPOR patrocinou a sessão de assinatura dos acordos entre a REN e a CPPE que determinavam a cessação dos CAE celebrados entre as duas empresas e que teve lugar no dia 27 de Janeiro, no Hotel D. Pedro, em Lisboa.

No quadro da revisão da legislação do sector, a ELECPOR tomou também parte activa na consulta pública do ante-projecto da proposta de Lei de Bases do Sector Eléctrico tendo enviado ao Governo, no início de Abril, um documento com os seus comentários.

2.2 Relações com o EURELECTRIC

2.2.1 Representação de Portugal

Com a criação da ELECPOR e de acordo com os estatutos da EURELECTRIC, passou a caber à Associação a representação de Portugal naquela organização, assumindo o papel de interlocutor através do qual se processam as designações para participações portuguesas nos Comités de Estudo e nos Grupos de Trabalho e competindo-lhe também designar os membros, efectivo e substituto, no Conselho de Administração do EURELECTRIC. Em contrapartida, cabe à ELECPOR a responsabilidade principal pela divulgação e circulação de informação relativa às actividades do EURELECTRIC.

Foram assim designados como membros efectivo e substituto do Conselho de Administração do EURELECTRIC para o triénio 2006-2009, respectivamente o Presidente do Conselho Directivo e o Director Geral da ELECPOR.

2.2.2 Comités de Estudo e Grupos de Trabalho

Durante 2005 foi integralmente revista a participação portuguesa nos diferentes Comités de Estudo e Grupos de Trabalho do EURELECTRIC. Procedeu-se a uma reafecção de representantes de que resultou uma participação em praticamente todos os Comités e Grupos de Trabalho, num total de quarenta e oito representantes. Neste conjunto há elementos de todos os Associados da ELECPOR.

2.2.3 Convenção Anual

A Convenção e Conferência anual do EURELECTRIC tiveram lugar em Viena, Áustria, a 13 e 14 de Junho, subordinadas ao tema “Power for Europe: Can We Shape the Future?”.

Simultaneamente, realizou-se a Assembleia Geral anual do EURELECTRIC tendo a ELECPOR sido representada pelos seus Presidente do Conselho Directivo e Director Geral.

A Assembleia aprovou uma Declaração intitulada “ O futuro da electricidade na Europa: responder às ambições dos cidadãos e consumidores”, objecto de larga divulgação pública.

2.3 Agenda Energética

No quadro da divulgação das actividades dos representantes portugueses no EURELECTRIC e do acompanhamento dos desenvolvimentos legislativos e regulamentares da política energética em Portugal e Espanha, foram feitas, por técnicos dos Associados, as seguintes apresentações ao Conselho Directivo:

1. Ambiente. Aplicação da Directiva GIC (Grandes Instalações de Combustão) às centrais térmicas portuguesas. Plano Nacional de redução de emissões – *Eng.º António Neves de Carvalho (EDP)*.
2. Livro Branco sobre o quadro regulador do sistema eléctrico espanhol – *Eng.º António Coutinho (EDP)*.
3. Segurança de Abastecimento. Nova Directiva europeia – *Eng.ª Joana Simões (EDP)*.
4. Actividades do Comité de Ambiente do EURELECTRIC – *Eng.º António Neves de Carvalho (EDP)*.

3. EVENTOS

Embora constando do plano de actividades não foi possível concretizar em 2005 a realização de qualquer evento do tipo conferência ou seminário, dirigido a um público especializado.

4. PROJECTOS

4.1 Website. Criação e manutenção

Reconhecendo a importância da existência de uma página na internet para divulgação das actividades da Associação e informação ao público em geral sobre o sector eléctrico, foi feita uma consulta a três empresas para apresentação de propostas de construção da página e de criação de caixas de correio electrónico. A escolha recaiu na empresa Webdote que, em conjunto com o Director Geral e o apoio do Gabinete de Comunicação da EDP, definiu o aspecto geral, os conteúdos e as condições de instalação e acesso. O “site” ficou completamente operacional em Novembro, dispondo de uma zona acessível ao público e de uma zona de acesso restrito aos Associados através de “password”. Foi também assinado um contrato anual de assistência técnica com a empresa Webdote.

4.2 Rede informática

Com o apoio de um consultor foi definida a arquitectura e especificações para a mini rede informática das instalações da Associação, inicialmente com dois postos de trabalho e um servidor, com sistema Wi-Fi. Foi adquirido o conjunto de equipamentos indispensável para

garantir o funcionamento autónomo da Associação (PCs, servidor, impressoras de rede e pequena fotocopiadora).

4.3 Disseminação de informação

A informação relevante passou a ser disponibilizada no site procurando-se mantê-lo actualizado, particularmente com os diplomas legais nacionais, os documentos (relatórios, notícias, etc) do EURELECTRIC e, quando justificado, as directivas e comunicações da Comissão Europeia. É possível fazer o “download” desses documentos.

5. RECURSOS HUMANOS

Foi contratada uma Assistente de Direcção que, a partir de 1 de Junho, passou a prestar todo o apoio de Secretariado e Administrativo à Associação.

6. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No Anexo I apresentam-se o Balanço e a Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005. Salienta-se que os custos de exploração ascenderam a cerca de 141.500 euros e os custos de investimento – essencialmente equipamento informático – totalizaram cerca de 12.100 euros. Os resultados antes de impostos foram de 46.240 euros e, caso não seja reconhecido o direito à isenção de IRC, os resultados líquidos reduzem-se para cerca de 36.000 euros.

A comparação entre o orçamento e a sua execução permite concluir que o desvio verificado se ficou sobretudo a dever à não realização do evento programado para 2005.

O Conselho Directivo propõe que o resultado apurado transite para o ano seguinte sob a forma de resultados transitados.

7. NOTA FINAL

A finalizar o Relatório, o Conselho Directivo deseja expressar o seu agradecimento ao Associado EDP pela disponibilidade e apoio de alguns dos seus departamentos na fase inicial de lançamento da Associação.

Lisboa, 17 de Março de 2006

O Conselho Directivo

CONSELHO DIRECTIVO

Presidente	Francisco de la Fuente Sánchez
Vice-Presidente:	Paulo Jorge Tavares Almirante
Vogais:	José Rodrigues Pereira dos Penedos
	Roberto de Sousa Rocha Amaral
	Rui Alberto de Faria Rebelo
	Victor Manuel da Costa Antunes Machado Baptista
	Emílio José Pereira Rosa
	Francisco Manuel de Sousa Botelho
	João Heliodoro da Silva Dantas